

Manuel Laranjeira

ÀS FERAS

PEÇA EM 1 ACTO



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Título

AS FERAS

Autor

Manuel Laranjeira

Textos Dramáticos Inéditos — Volume 1

1.ª edição — 1985

© IPPC e LFR

Direitos de tradução, adaptação e reprodução reservados para todos os países

Tiragem

2.000 exemplares

Coordenação geral e orientação gráfica

Gabinete de Publicações do IPPC

Capa

A. Pedro

Composição e impressão

Gráfica Maiadouro — Vila da Maia

Depósito legal n.º 1677/85



Celebrando a inauguração do Museu Nacional do Teatro, inicia o Gabinete de Publicações do I.P.P.C. a sua actividade, dando à estampa um texto dramático inédito de Manuel Laranjeira.

Criado como pólo aglutinador de toda a actividade editorial do I.P.P.C. e seus serviços dependentes, procurará o Gabinete divulgar todo o vasto espólio à guarda destas Instituições, ou com elas directamente relacionado, apoiar o seu estudo e investigação e, ainda, encontrar novas fontes de rendimento que permitam afirmar o Património Cultural como algo de vivo, com virtualidades para criar as suas próprias receitas.

Tarefa colorida de alguma ambição que se irá tentando levar à prática, apesar das conhecidas limitações humanas e financeiras, nela interessando a mais vasta gama de entidades públicas e privadas, para que dessa conjugação de esforços resulte a valorização e um mais profundo conhecimento do nosso património colectivo.

José Sarmiento de Matos

Manuel Laranjeira

ÀS FERAS

PEÇA EM 1 ACTO

**Museu Nacional
do Teatro**



TEXTOS DRAMÁTICOS INÉDITOS

COLECÇÃO DIRIGIDA
POR

LUIZ FRANCISCO REBELLO



INSTITUTO PORTUGUÊS
DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Manuel Laranjeira

AS FERAS

PEÇA EM 1 ACTO



**INSTITUTO PORTUGUÊS
DO PATRIMÓNIO CULTURAL**



Manuel Laranjeira



BIBLIOTECA NACIONAL
MUSEU NACIONAL

INTRODUÇÃO

AO TEATRO DE MANUEL LARANJEIRA

LUIZ FRANCISCO REBELLO

1. Inicia-se esta colecção de textos dramáticos inéditos de autores portugueses, uma das várias que o Instituto Português do Património Cultural se propõe publicar sob a égide do Museu Nacional do Teatro, com uma peça em um acto de Manuel Laranjeira, representada pela primeira vez em 1905, da qual até hoje apenas dois curtos fragmentos foram divulgados. Que um texto desta importância, não só pelos seus próprios valores intrínsecos como pelo lugar que ocupa no contexto da dramaturgia sua contemporânea, haja tido que aguardar oitenta anos para ser conhecido na integralidade, eis o que não pode deixar de considerar-se sintomático da subalternização de que, por via de regra, o teatro entre nós padece e se prende com um preconceito tenazmente implantado: o de que «o português não tem génio dramático (e) nunca o teve», como em 1871 dizia Eça de Queirós, assim respondendo em termos absolutos à interrogação formulada, meio século antes, por Garrett ao

em cena. E, como diria Alberto de Serpa acerca das *Almas Românticas* (de que apenas restam fragmentos publicados nas revistas literárias *A Rajada* e *Gente Lusa*, respectivamente em 1912 e 1916, um dos quais parcialmente reproduzido no número da *Seara Nova* dedicado a Laranjeira em Agosto de 1952), este drama claramente autobiográfico — não é difícil estabelecer uma correspondência entre algumas das suas personagens e passagens de certas páginas do *Diário Íntimo* — deixava pressentir «a garra de um dramaturgo capaz de dar a violência e a fundura do amor entre as almas e os sexos». A morte, que Laranjeira procurou como única forma de fugir à «farsa pelintra e ordinária de todos os dias» que era para ele a vida («a vida/dá vontade de morrer», escreveu ele num dos poemas de *Comigo*), ao encontro da qual foi «desiludido e sem saudades», não permitiu infelizmente que o dramaturgo original e poderoso, que nele habitava, viesse a afirmar-se em toda a sua plenitude.



Amadeo de Sousa Cardoso

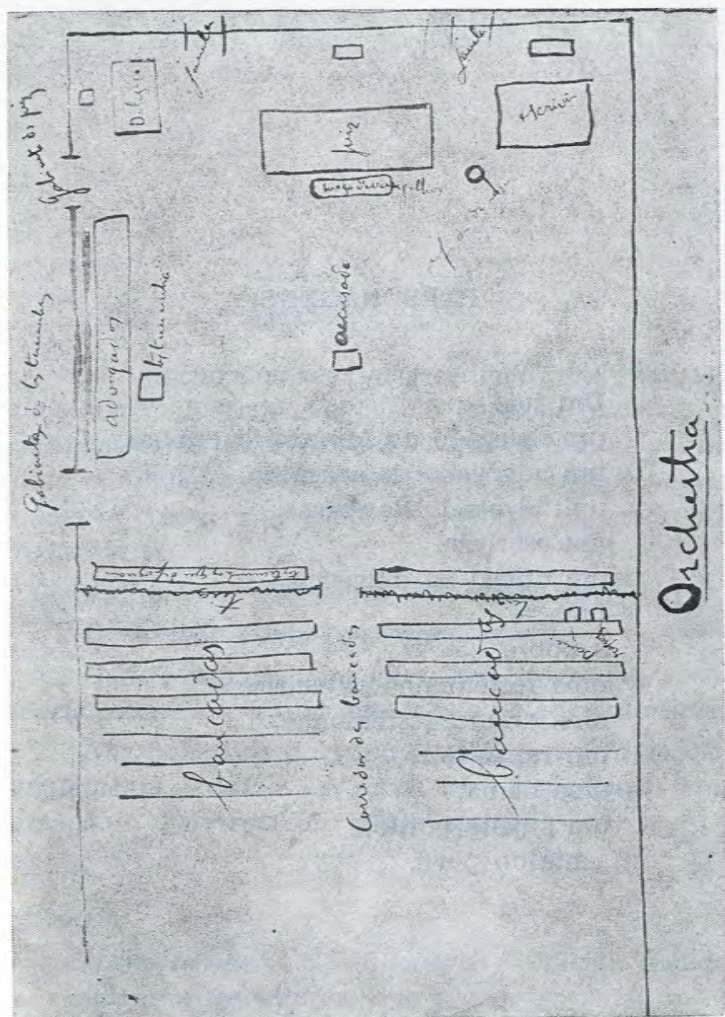
Caricatura de Manuel Laranjeira (Espinho 1906)

Porto - Coleção particular

A presente leitura de *As Feras* fez-se a partir do manuscrito autógrafo, de que é proprietário o poeta Alberto de Serpa, profundo conhecedor e divulgador da obra de Manuel Laranjeira, a quem agradecemos tê-lo cedido para esta edição. O manuscrito consta de 83 páginas, a última das quais tem a data de «Fevereiro de 1905» e a assinatura do autor. Antecede-as um esboço da plantação da cena, que nesta edição se reproduz. Actualizou-se a ortografia, uniformizou-se a notação das rubricas e completou-se uma ou outra lacuna evidente do texto original.

Um excerto desta peça (a cena final, a partir da prolação da sentença condenatória) foi publicado, em Maio de 1917, no n.º 4-5 (série II) da revista *Gente Lusa*, «arquivo de Letras e Artes», de Praia da Granja, em cujo n.º 4 da I série, de igual mês do ano anterior, havia sido incluído um fragmento de *Naquele Engano de Alma*. O texto aí reproduzido apresenta notáveis diferenças em relação ao manuscrito original, nomeadamente nas rubricas, algumas das quais destinadas a suprir eventuais dificuldades inerentes a uma leitura parcial da obra. Em apêndice indicam-se as principais alterações introduzidas no diálogo, que não encontramos fundamento para atribuir ao próprio Manuel Laranjeira, e a que por isso não atendemos na fixação do texto.

L. F. R.



Esboço de plantação de cena executada pelo autor.

PERSONAGENS:

Um juiz,
um delegado do Ministério Público,
um advogado de acusação,
um advogado de defesa,
um escrivão,
um oficial de diligências,
uma ré,
a pobre,
uma testemunha de acusação,
uma criança-testemunha,
um rapaz loiro,
uma dama,
um sujeito gordo,
gente do povo.

A cena passa-se num tribunal de província. Durante uma audiência.

(Sala do tribunal.

No mocho dos réus está sentada uma rapariga do povo mal vestida, o cabelo enrolado na nuca a desmanchar-se. Tem nos braços um embrulho, escondido num chaile velho. Tem a atitude entorpecida de quem se conserva alheia ao que se está passando em redor de si.

Ao fundo os advogados conversam entre si.

O escrivão escreve vertiginosamente.

O delegado do ministério público numa sonolência fatigada tem o ar aborrecido de quem dormita.

Nas bancadas do público estão uma dama elegantemente vestida e um rapaz loiro que seguem com atenção o desenrolar do julgamento.)

O JUIZ

(para o oficial de diligências) Oficial, mande entrar a testemunha que segue.

(O oficial vai à porta do fundo e faz entrar a pobre. É uma mulher do povo, muito velha e miseravelmente vestida. A mulherzinha avança timidamente, cheia de hesitações.)

O JUIZ

(com inflexão neutra) Aproxime-se.

(O oficial empurra-a para defronte do juiz.)

O JUIZ

(indicando-lhe um livro volumoso e velho) Ponha a mão nessas Horas *. *(A mulher pouisa a mão em cima do livro.)* Vossemecê jura aos Santos Evangelhos dizer a verdade?

A POBRE

Juro, sim, meu senhor.

O JUIZ

Como se chama?

A POBRE

(com a mão ainda sobre o livro) Joana, meu senhor.

O JUIZ

Pode já tirar a mão. *(A mulher deixa cair o braço ao longo do corpo.)* Joana — de quê?

A POBRE

Joana Alves.

* Designação popular dos Evangelhos, sobre os quais era prestado o juramento das testemunhas, segundo a Novíssima Reforma Judiciária de 1841, em vigor ao tempo da redacção desta peça.

O JUIZ

Mas não tem outro nome? (*A mulher parece não compreender. O Juiz impaciente:*) Se lhe não dão outro nome? — é o que eu pergunto. Vossemecê não é conhecida por outro nome?

A POBRE

Ah! sou, sim, meu senhor. Chamam-me a Pobre.

O JUIZ

(*rosnando*) Está bem. Quantos anos tem?

A POBRE

Já passa de três quarteirões, meu senhor.

(*O Juiz faz um gesto de enjado.*)

O JUIZ

É solteira, ou casada?

A POBRE

Já sou viúva, meu senhor.

O JUIZ

A sua profissão?

A POBRE

O quê, meu senhor?

O JUIZ

Vossemecê que faz? (*A mulher fita-o vagamente como quem não percebe.*) Sim, vossemecê em que se ocupa? Trabalha, ou...?